

editorial

A conjuntura vai aumentando a demanda por mobilização e discussão de temas que surgem, tanto no âmbito interno de nosso país como nos eventos internacionais. No caso brasileiro, as reformas defendidas pelo governo petista, os impactos da ação governamental ou sua ausência no cotidiano das pessoas, o projeto de desenvolvimento para o país que vai se delineando são questões que estão na ordem do dia. São assuntos que interessam às mulheres e devem ser observados e analisados por todas nós.

Além dos problemas “domésticos”, o repúdio à guerra – ou às ameaças de novas invasões encaminhadas pela “polícia” do mundo, os Estados Unidos -, a denúncia das violências contra civis e as conseqüências da ocupação do Iraque continuam sendo motivo para muita mobilização. Também continua a batalha para derrotar a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e as ações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Temas que a SOF desenvolverá a partir de ações de formação e mobilização.

Neste 1º de Maio, no Grito dos Excluídos, na mobilização para coleta de assinaturas para o Plebiscito Oficial sobre a Alca, no boicote aos produtos norte-americanos, na luta contra a militarização as mulheres estarão organizadas e presentes.

Convidamos vocês a se tornarem visitantes de nossa página na internet (www.sof.org.br), local onde já começamos a divulgar nossas ações, notícias, textos e artigos.

As Sempre vivas

Max Ernst, *Naissance d'une galaxie*, 1969



O estupro como crime de guerra e o direito internacional

Por Vesna Kesic

Quem são aqueles que estupram durante as guerras ou outras formas de conflito armado? São indivíduos com características psicológicas específicas ou os integrantes do gênero masculino? São os integrantes das forças armadas treinados em instituições patriarcais militarizadas, ou são alguns soldados renegados que atuam fora do controle militar? Nos casos de guerra religiosa ou étnica, cabe perguntar se os estupradores – como integrantes de um determinado grupo – afirmam sua identidade coletiva sobre os corpos das mulheres como campos de batalha simbólicos que representam uma cultura diferente, um “código genético”, um terreno reprodutivo do inimigo. Ao

estuprarem as mulheres, combatem e conquistam os “outros” homens atacando sua “terra” e suas “propriedades”, incluídas aí as mulheres? Ou estupram as mulheres por serem elas tão absolutamente “outras”?

A violência sexual de guerra foi um tema de amarga controvérsia entre grupos de mulheres, tanto entre os diversos grupos étnicos como dentro dos mesmos. É fácil supor que na realidade da guerra estas duas aproximações, gênero e etnia, têm gerado propaganda de guerra e incitado a violência étnica e sexual. Entretanto, a teorização sobre as diferenças étnicas e sexuais como forma de entender a violência não somente teve proeminên-

cia na intelectualidade feminista como também nos avanços do direito internacional acerca dos crimes de guerra contra a mulher.

O estudo da conformação das identidades étnicas e de gênero, e a discussão sobre o papel destas identidades na intersecção entre a guerra e sua violência, é importante no sentido em que a conformação do gênero reflete a posição social geral da mulher, particularmente dentro do modelo étnico/nacionalista de estado-nação. Uma das questões mais interessantes, na minha opinião, é se a violência de gênero em tempos de guerra é um fenômeno qualitativamente novo e distinto da violência cotidiana em tempos de “paz”, como o estupro, os espancamentos, o assédio sexual, etc. Ou se por acaso estas distintas formas de violência pertencem a um mesmo *continuum* de violência contra a mulher.

Estupro em tempos de guerra

Somente no século passado houve pelo menos seis casos documentados de abuso sexual massivo de mulheres em várias guerras: as Violações de Nanking, em 1937; com mulheres escravizadas nos campos japoneses na II Guerra Mundial; o estupro de alemãs no final da II Guerra; os estupros na guerra de Bangladesh-Paquistão no início dos anos 1970; os estupros massivos durante os conflitos étnicos da Bósnia e Ruanda nos anos 1990. As cifras de todos estes casos têm sido muito disputadas e variam segundo a fonte ou o contexto da discussão. Um comunicado do Ministério do Interior da Bósnia, em outubro de 1992, diz que os militares e paramilitares sérvios estupraram 60 mil mulheres, muitos deles com o propósito de engravidá-las. A Comissão de Peritos da ONU publicou um informe, em 1994, que fala de 4.500 casos documentados. Ao mesmo tempo, a Comissão dá credibilidade ao cálculo de 20 mil estupradas na Bósnia e Croácia. Várias missões internacionais concordam que todos os grupos em guerra come-

teram estupros, ainda que discordem sobre a quantidade; e que os militares e paramilitares sérvios cometeram a maior quantidade de estupros. Entretanto, durante muito tempo, todos os grupos negaram que seus soldados tivessem participado destes atos.

Em quase todos os casos, os estupros cometidos durante a guerra se trivializaram e depois da guerra são “esquecidos”. Os “vencedores” e os “vencidos”, ou em outras palavras, os agressores e as vítimas da guerra reprimem este tipo de recordação. Algumas narrativas reaparecem em forma de literatura ou cinema, mas quase nunca surgem como debate político ou teórico sério. Na crescente bibliografia feminista sobre violência sexual contra a mulher dos últimos 30 anos há somente um estudo sério sobre a ocorrência em tempos de guerra: o clássico de Susan Brownmiller “Contra nossa vontade: homens, mulheres e estupro”, publicado em 1975, garante que os crimes sexuais de guerra podem ser negociados em acordos de paz e demais acertos políticos que fazem os mediadores entre os “vencedores” e os “vencidos”.

Reconhecimento legal

Os abusos sexuais contra a mulher na guerra nunca foram reconhecidos como crimes de guerra. Nunca são investigados, processados ou castigados, porque não estavam incorporados na lei. De maneira similar aos crimes sexuais contra a mulher em tempos de paz, ficaram impunes como “crimes sem nome”.

Depois da guerra da ex-Iugoslávia e Ruanda ocorreram mudanças muito importantes. Os estupros massivos que ocorreram na Iugoslávia, sobretudo as da Bósnia e Herzegovina, foram os primeiros na história a serem julgados por uma corte internacional, e como tais, estes crimes, junto com os estupros massivos em Ruanda, serviram para produzir mudanças inéditas no direito humanitário internacional. A Declaração de Viena, adotada pela Conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU, em 1993, é o primeiro documento internacional que reconhece os direitos da mulher como

direitos humanos. A Declaração diz que a violação dos direitos humanos da mulher nos conflitos armados, particularmente o assassinato, o estupro sistemático, a escravidão sexual e a gravidez forçada são violações dos princípios fundamentais dos direitos humanos e do direito humanitário internacional. Nos estatutos do tribunal *ad hoc* para o tratamento dos crimes de guerra cometidos nas guerras da ex-Iugoslávia e Ruanda, criados em 1993 e 1995, o estupro aparece especificado na categoria de delitos de lesa humanidade.

Muitas mulheres, advogados e investigadores garantem que esta formulação serviu para que o estupro saísse do âmbito privado, pessoal, para passar a ser público ou “político”. Outros, como alguns grupos de mulheres na ex-Iugoslávia e as ativistas advogadas dos direitos humanos da mulher, fazem a seguinte crítica:

Passando a ser tratado como genocídio, ou como delito de lesa humanidade, parece que o estupro – enquanto delito de gênero específico contra a mulher – se fez visível e passou do privado para o político, mas só por estar estritamente ligado às já existentes figuras jurídicas do delito contra os grupos religiosos ou étnicos. A partir do ponto de vista da mulher, ou pelo menos feminista, outra vez teremos que dizer que o que se castiga não é um crime contra a mulher, mas um crime contra as mulheres enquanto integrantes de um grupo étnico ou nacional “estável ou permanente”. Isto significa que não foi a atrocidade como tal (o estupro massivo de mulheres, o dano causado a cada mulher), mas o propósito dessa atrocidade, nestes casos, a limpeza étnica ou o genocídio, o fator que decide o caráter do delito e inicia uma transformação, que é positiva por razões mais gerais.

Mas o Estatuto é uma vitória, porque reconhece a existência de delitos com caráter de gênero como fenômeno distinguível, e um pilar para a criação permanente de uma Corte Internacional de Justiça que integre os delitos de gênero.

Resumo da tese de Doutorado de Vesna Kesic, dezembro de 2001, publicado pela Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos, abril de 2002.

Outra América é possível: sem Alca nem OMC

por Nalu Faria

Os Estados Unidos buscam expandir seus mercados. O resultado: aumento do desemprego, salários mais baixos, exodo rural – ou seja, um custo social altíssimo, uma enorme perda de capacidade de criação de um desenvolvimento econômico nacional com lugar para todas e todos. A Alca e a OMC são vistas como os acordos bilaterais, como parte do mesmo processo. Os EUA estão pressionando o governo de cada país e aquilo que não conseguem obter nas negociações da Alca, querem obter através da OMC e o que não conseguem obter com nenhum dos dois, tratam de conseguir por meio de uma negociação bilateral.

Assinar os acordos da OMC significa consolidar a posição desigual dos países dentro da grande economia global. Nesta grande economia global, os EUA querem assegurar para si sua reserva privada, aonde suas corporações tenham maior acesso que as da Europa ou Japão, garantindo o domínio estadunidense. Em outras palavras, esta reserva privada será a Alca e desta maneira se torna mais evidente que a Alca e a OMC são duas faces da mesma moeda. Não importa de que ponto de vista os vejamos, temos que abolir ambas, se é que queremos ter a esperança de criar uma nova América. A Alca e a OMC são uma única frente de luta contra a consolidação do modelo excludente neoliberal em âmbito continental e global. A luta contra a Alca e a OMC representa um passo importante em direção à outra América que é possível.

Plebiscito oficial é prioridade

A reivindicação da realização de um plebiscito oficial continua sendo a prioridade da Campanha Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) para 2003. A posição foi confirmada na 11ª Plenária Social Nacional, que ocorreu nos dias 7 e 8 de abril, em São Paulo. Participaram do encontro 56 entidades nacionais, de 23 estados. Os representantes que participaram da



Fernanda Estima

Semana de mobilização das mulheres contra a Alca em agosto de 2002

Plenária Social criticaram a postura anti-democrática do governo na condução das negociações da Alca. Até agora, apenas empresários têm sido ouvidos na elaboração das propostas do país para o Acordo. Toda a sociedade brasileira está sendo colocada à margem do processo. Se o acordo for assinado, o impacto sobre o povo, no entanto, terá grandes proporções e o governo está se omitindo na discussão dessas consequências.

A Plenária definiu como principal desafio fazer com que o abaixo-assinado que exige um plebiscito oficial chegue ao maior número de pessoas possível. A idéia é superar o resultado do Plebiscito sobre a Alca, que envolveu 10 milhões de pessoas. Foi definido também que será realizada, no dia 7 de setembro, durante o Grito dos Excluídos, uma Campanha de Vacinação contra a Alca. Na semana posterior, de 8 a 15 de setembro, será organizada uma semana de boicote aos produtos dos Estados Unidos. Outra decisão importante da Plenária foi a de tentar pressionar o governo a realizar o plebiscito oficial ainda no primeiro semestre de 2004, por volta do dia 21 de abril.

Nosso mundo não está à venda

Um encontro continental e global de preparação ocorrerá nos dias 11 e 12 de maio, na Cidade do México, para discutir as mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) durante a 5ª Reunião Ministerial de Cancun, marcada para ocorrer de 10 a 14 de setembro, assim como a campanha contra a Alca.

Essa iniciativa é resultado de encontros que ocorreram durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre e é organizada pela Coordenação Continental da Campanha contra a Alca, o comitê mexicano “Rumo a Cancun” e organizações de todo o mundo envolvidas na campanha contra a OMC, que vêm esse momento como central na construção do processo a caminho de Cancun.

Os Grupos de Trabalho estarão divididos pelos temas “Rumo a Cancun - mobilizações/atividades a serem feitas antes de setembro”; “Dia Global de Ação durante Cancun”; “atividades/mobilização em Cancun durante a reunião ministerial”. Também foi planejada uma sessão de trabalho sobre as estratégias continentais contra a Alca.

Vozes das Loucas de Pedra Lilás

por Fernanda Estima

O grupo de teatro de rua *Loucas de Pedra Lilás* resolveu amplificar o “direito ao grito”. Há sete anos as integrantes da ONG feminista pernambucana vão às ruas transformar velhos conceitos e dogmas que atravancavam uma melhor qualidade de vida em conquistas femininas. Sempre com a marca da cara pintada de branco. Mas elas também entraram em estúdio: querem cantar, além de atuar nos palcos da vida!

E não é de hoje... Em todos estes anos foram muitas peças e textos interpretados nas calçadas e tabladros. Como “Os Monólogos da Vagina”, de Eve Ensler, em março de 2001, no Marco Zero, Recife Antigo. Sempre com direito a cantoria no final. A “canja” virou frango na mesa do brasileiro no auge do plano real. Agora que a luta é pela fome zero, elas fazem sua parte...

As Dafês da Vida é a faixa de lançamento desse primeiro trabalho. Na música, Cristina Tavares está entre as homenageadas que nunca aparecem nos manuais da História Oficial Brasileira.



Som engajado das Loucas

E, se na afinação elas projetam “seda” para os ouvidos, nas letras serão metal pesado. O demo passou por algumas mãos e o cD foi lançado no dia 21 de março, em Recife.

As Loucas, neste primeiro trabalho gravado, escolheram como faixa de abertura a música da Marcha Mundial das Mulheres, além de outras oito “músicas engajadas”. Pedidos podem ser feitos pelo email: loucas@elogica.com.br ou pelo telefone (81)3429-6707.

o que rola

Marcha das Margaridas

A versão 2003 da Marcha das Margaridas foi lançada em dois momentos: na semana das comemorações do 8 de Março, nos Estados e municípios, com atividades políticas e culturais, encontros de mulheres, seminários e debates; e nacionalmente em 27 de março, em Brasília, durante a reunião do Conselho Deliberativo da Contag. Estiveram presentes dirigentes e assessores da Contag, das Fetags, ministros de Estado, entidades feministas e sindicais. Este ano a Marcha será no dia 26 de agosto.

O lançamento em Brasília foi encarado como um momento de apresentação à sociedade das propostas políticas da Marcha das Margaridas. Este ano os eixos da Marcha são reforma agrária, meio ambiente, salário mínimo digno, saúde e contra a violência sexista no campo. E são justamente os eixos que mais relacionam a atividade das trabalhadoras rurais com a Marcha Mundial das Mulheres, pois pretende combater a pobreza a partir de propostas estruturadoras.

A Marcha das Margaridas, mais uma vez, irá para as ruas do Brasil apresentar suas reivindicações e denunciar a inoperância e conivência do Poder Judiciário com relação ao caso Margarida Alves, já que o processo de seu assassinato poderá prescrever em agosto deste ano sem a punição dos criminosos.

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Christian Aid.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: Input
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- DIA INTERNACIONAL PELA SAÚDE DA MULHER
- SALÁRIO MÍNIMO DIGNO